



Rafael Polari de Alverga Kritski

Doutorando e mestre em Ciência Política na Universidade Federal Fluminense (UFF). Cientista social pela mesma instituição. Professor de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC-RJ). Coordenador executivo do Laboratório de Estudos Republicanos (LER).

FREIXO, Adriano de. Os militares e o governo Jair Bolsonaro: entre o anticomunismo e a busca pelo protagonismo. Copenhagen / Rio de Janeiro: Zazie Edições, 2020. ISBN 978-87-93530-91-1

A participação das Forças Armadas na política brasileira tem sido tema de reflexão de forma crescente nos últimos anos. Entre as décadas de 1990 e 2000, à exceção dos estudiosos com dedicação específica aos militares, o tema saiu da agenda, como se a transição à nova república tivesse encerrado o tópico. Contudo, eventos recentes demonstram participação cada vez mais ativa dos fardados na vida política.

A MINUSTAH recolocou os militares em evidência, assim como as operações de garantia da lei e da ordem (GLO) e a política de “pacificação” no Rio de Janeiro. Posteriormente, a instauração da Comissão Nacional da Verdade foi acompanhada por posicionamentos públicos de figuras das Forças Armadas.

Em 2016, a iminência de um golpe de Estado com novas características levou à preocupação sobre como as Forças Armadas se posicionariam. Depois da aparente neutralidade durante o impeachment de Dilma Rousseff, abordada por Adriano de Freixo em textos anteriores, os militares serviram de esteio para o governo Temer, que contava com ampla rejeição. A presença de militares em postos do governo tornou-se usual, bem como benesses para os fardados, com privilégios e direitos específicos, como a exclusão no projeto de reforma da previdência (FREIXO, 2020, p. 19-20).

Todavia, foi durante as eleições de 2018 que a atenção à participação das Forças Armadas na política voltou redobrada. Naquele pleito, se engajaram em torno da chapa de Jair Bolsonaro e, posteriormente, um número recorde de militares da ativa passou a compor as fileiras do governo em esferas variadas e em áreas inéditas.

Neste cenário, Freixo levanta a pergunta de seu ensaio: por que os altos círculos das Forças Armadas apoiaram o ex-capitão? O autor identifica três pontos que auxiliam na compreensão do fenômeno: renovação e solidificação da ideologia anticomunista nos quartéis; desejo de retomar protagonismo

político e tratamento diferenciado; e, conseqüentemente, o atendimento de demandas corporativas (FREIXO, 2020, p. 6-7).

O anticomunismo é uma construção histórica no interior das Forças Armadas brasileiras, como uma elaboração justificatória para a eliminação de dissidências e revoltas ao longo do século XX. Apesar das mudanças nas Forças Armadas a partir da transição, a educação militar seguiu como um espaço intocado pelo controle civil. Não houve rupturas com o processo formativo dos novos militares, o qual reforçou e reforça visões edificantes sobre o período ditatorial e o papel das Forças Armadas como mantenedoras da ordem:

As escolas militares são importantes espaços de socialização e transmissão dos valores institucionais aos futuros oficiais. Esse processo se dá não somente pelas disciplinas que compõem os currículos das academias, mas também pela convivência com os professores e oficiais pertencentes a gerações anteriores, que, na prática, funcionam como responsáveis pela moldagem e consolidação da identidade institucional dos jovens cadetes (FREIXO, 2020, p. 13).

Hoje, essa ideologia ganha nova roupagem. Há uma apropriação de ideólogos do neoconservadorismo estadunidense, sobretudo em seu aspecto conspiratório sob as consignas de guerra cultural, marxismo cultural, gramscismo, a exemplo do livro recordista de vendas “A revolução gramscista no Ocidente”, do general de brigada Sérgio de Avellar Coutinho. Estas ideias se espalharam nos meios militares e mais além.

Para responder aos segundo e terceiro pontos de Freixo, precisamos retornar à transição democrática. A constituição de 88 colocou a possibilidade do controle civil sobre militares. Contudo, também deu margem para sua atuação na segurança pública. Esse tema é de extrema relevância, pois as operações GLO condensavam os três eixos levantados por Freixo (2020, p. 6-7): o desvio de finalidade das Forças Armadas para a segurança pública dava condição para a reconstrução de um inimigo interno a ser combatido, fortalecendo o aspecto ideológico; recolocou os militares no cotidiano da vida pública, dando margem para seu desejo de protagonismo; e justificou sua demanda por equipamentos, armamentos e financiamento tecnológico.

Freixo (2020, p. 21) identifica essa aproximação entre o Bolsonaro e o oficialato das forças armadas como um desdobramento lógico da passagem dos militares à atividade política aberta durante o governo Temer. Os fiadores da candidatura se tornaram figuras-chave no governo Bolsonaro. Muitos desses militares são figuras que comandaram a MINUSTAH.

Forma-se um governo preenchido por militares, muitos ainda na ativa. De maneira geral, o chamamento por sua participação ainda maior era resposta às sucessivas crises

governamentais, explorando a avaliação – então positiva – das Forças Armadas em pesquisas de opinião e recompondo seu governo, loteando cargos para os fardados.

É difícil mensurar o quanto os militares têm seu projeto próprio de poder e instrumentalizam o governo para atingirem seus objetivos e o quanto estão organicamente ligados a Bolsonaro. O fato é que nos momentos de tensão intra-poderes, tanto do Executivo com o Congresso, mas principalmente com o Supremo Tribunal Federal, militares da reserva e da ativa – de dentro e de fora do governo – se manifestaram em apoio às ameaças do presidente contra os dois poderes. Freixo (2020, p. 33) identifica que

O flerte constante com o autoritarismo, a crença nas Forças Armadas como “poder moderador”, o revisionismo histórico em relação ao golpe de 1964 e ao período ditatorial, somados ao anticomunismo extemporâneo, todos são indicadores relevantes e significativos de que os pontos de convergência entre a pretensamente moderada “ala militar” e o núcleo ideológico mais radicalizado do bolsonarismo [...] são bem mais intensos.

Freixo visualiza uma encruzilhada para as Forças Armadas. Pesquisas de opinião pública recentes indicam queda da confiança na instituição, assim como uma visão majoritariamente negativa sobre a participação de militares no governo. Ainda, há o receio de que a bolsonarização das camadas inferiores das Forças Armadas acarrete em quebra de hierarquia em caso de ruptura. Por fim, há a bolsonarização das polícias militares estaduais, especialmente delicada pela relação do círculo próximo do presidente com grupos paramilitares. Para Freixo, as forças armadas sairão desgastadas e com níveis imprevisíveis de fraturas internas (FREIXO, 2020, p. 40).

Enfim, o ensaio é uma contribuição relevante para o debate sobre a participação das Forças Armadas na política brasileira. Destacadamente, a inserção da relação entre Bolsonaro, bolsonarismo e Forças Armadas num contexto histórico mais amplo da construção dos militares brasileiros é fundamental para romper com a visão comum que enxerga a ascensão de Jair Bolsonaro como fenômeno estranho e imprevisível – cuja complementaridade é a idealização das Forças Armadas como instituição íntegra corrompida por alguns sujeitos. Assim, Freixo rompe com a dicotomia simplória entre militares “legalistas” e “golpistas”, reprodução da velha oposição entre “moderados” e “linha-dura”.

Recebido em 23 de Setembro de 2021.

Aceito para publicação em 07 de Outubro de 2021.